A universidade e o saber — a conciliação do contraditório

*Luiz Fernando Santos

1. A origem das Instituições Universitárias — a cidade medieval

Na Europa, e por extensão na história da civilização ocidental, a Idade Média é o período de eclosão das formações urbanas. Após o ano 650 d.C., aproximadamente, cessa o fenômeno do despovoamento que havia caracterizado a Baixa Antiguidade e assistimos ao florescimento dos povoamentos rurais, acompanhados pela criação de novas cidades. No século XI, explode o grande "boom" demográfico e a eclosão de novos burgos proliferam por toda Europa Medieval. É nessa época que as cidades afirmam sua força como concentradoras dos poderes existentes, num mundo ainda predominantemente rural, das pequenas vilas de camponeses nas cercanias dos palácios-fortalezas.

Vários fatores e vocações configuram a criação de novas cidades: o religioso, o estratégico e, principalmente, o econômico. Eventualmente, podemos encontrar na origem da cidade medieval alguns destes fatores primordiais isoladamente, porém a razão econômica surge sempre em todas elas.

Após o ano 1000 d.C. novos elementos incrementam a expansão urbana: o progresso da agricultura que fomenta a comercialização de seus produtos em mercados, as trocas comerciais em flagrante expansão criam a necessidade de produtos artesanais e, finalmente, com o acelerado crescimento da população rural e dificuldades de sua acomodação nos arroteamentos, provoca um grande êxodo rural em direção às novas cidades.

Sejam de forma deliberada ou espontânea, as cidades medievais no seu nascimento e durante seu desenvolvimento já antecipam e projetam, por meio da estrutura de suas instituições, um quadro semelhante ao dos Estados modernos. Configura-se nesta cena a estratificação e a sedimentação da aliança entre a religião e o poder central, além do aparecimento de várias instituições com respaldo jurídico legal, como as conhecemos no Mundo Moderno.

Neste ambiente, a origem e o desenvolvimento de duas instituições nos interessam particularmente, para prosseguirmos neste enredo: a Universidade e as Corporações.

As Corporações surgidas no século XI e XII, são, claramente, instituições que prenunciam a divisão social do trabalho, e, mais importante, aparecem como fomentadoras de uma reserva de mercado para mão-de-obra especializada. Para Jacques Le Goff[1] "o século XIII é o século das Universidades porque é o século das corporações".

A palavra **Universitas** — segundo Pierre Bonassie[2] "começa por designar a própria coletividade urbana, com suas liberdades e o seu governo autônomo; aplica-se depois à comunidade dos trabalhadores de um ofício reunidos em corporações; define, finalmente, o grupo específico dos trabalhadores intelectuais". Ainda citando Bonassie[3] "Orientando-se progressivamente para a formação de legisladores e administradores, a Universidade passa a ser controlada de forma **cada vez mais estrita pelo Estado**; uma a uma, vai deixando suprimir suas liberdades. Oferecendo, por outro lado, um ensino excessivamente especializado e cada vez mais formal, deixará passar no século XV a oportunidade de renovação humanista, que, no essencial, se realiza fora dela".

Ora, seria desnecessário avaliar o percurso histórico das Universidades com mais vigor, para entendermos as vinculações no mundo moderno da Universidade, esta imensa instituição tecno-burocrática-administrativa, com o Estado.

2. O que é o saber?

A Universidade tem sido citada como "o lugar por excelência da transmissão e geração de saberes, capazes de produzir transformações sociais, no sentido lato, positivas e conseqüentes". Os diversos saberes que constituem o "corpus" do conteúdo primacial da Universidade, sistematizados e codificados, sejam de origem interna ou externa, e que caracterizarão e fundarão sua própria razão de existir. Portanto, assinalamos aqui esta inferência: a Universidade e o Saber tem uma contigüidade necessária e essencial.

Porém, o que é o Saber?

Entendido em um sentido amplo, o saber é "um contato com a realidade com o fim de discriminá-la"; no entanto, este sentido de "saber" não é preciso. Além de um "contato com a realidade", o saber para se constituir requer outros elementos; tendência a uma objetivação e universalidade; tornar consciente o que se sabe; **atitude crítica e interrogativa**. Esta atitude desempenha um papel importante, porque o pensamento crítico e interrogativo surge como conseqüência da superação de duas atitudes insuficientes e opostas entre si: "a atenção a vida" (conhecimento das afecções dos objetos sobre o sujeito) e o mero "sonho". A "atenção a vida" sublinha a pura presença; o "sonho", a simples ausência. A atitude crítica e interrogativa, em troca, inclui ambos opostos e os integra e é neste âmbito que se dá, ou pode se dar, o saber.

Como descreve Ferrater Mora[4] "...o saber é, como adverte Platão, um definir, portanto, consiste entre o que é e o que parece ser, uma averiguação daquilo em que consiste o que é: a essência. Para Aristóteles, um conhecer, porque a coisa examinada é como é, conhecimento da essência não só como conteúdo da definição, mas como se constitui essencialmente o objeto", ou prosseguindo "...ao mesmo tempo, permite reconstruir o objeto e efetuar uma completa demonstração de seu ser verdadeiro". Ainda, segundo Ferrater Mora, "...o saber pode também ser, e aspira sobretudo a ser, **um ater-se a realidade mesma**, uma fuga daquela abstração dissecando continuamente o saber efetivo e completo, uma caminhada até o concreto. O saber se desvia de sua preocupação pela idéia verdadeira do objeto e se aplica a verdade do real: não importa tanto a verdade como realidade mesma. Daí o desenvolvimento do saber como um sentir e a conseguinte história do saber entendido como uma afecção ou como uma impressão — (La durée de Bergson, Spinoza, etc...) — e concluindo —"... o "saber se antes era instrumento para conheci-

mento da idéia verdadeira, agora é instrumento para o conhecimento da verdadeira realidade''.

Assim inferimos que não existe saber desvinculado do real, ou por outro lado, o ''saber científico'' não pode em hipótese nenhuma descartar-se da atitude crítico-interrogativa. Portanto, falar de um ''saber crítico'' é redundância e se não fora assim, o saber seria meramente ''bom-senso'', ''senso comum'', etc., um saber que se constituiria em uma frivolidade, sem efeitos no real, um saber descartável, ''*one way*''.

Se fôssemos afirmar uma ontologia do ''saber'', necessariamente, ressaltaríamos estas características ou imanências, seu caráter crítico e o seu vínculo com o real.

3. **A conciliação do contraditório**

Supomos que, pelo exposto, estaria fundada uma contradição intransponível entre as Instituições Universitárias, consideradas suas razões arcaícas de reprodução de dominação e um ''saber'' vigoroso, crítico-interrogativo.

Louis Althusser[5] assinala que há uma diferença fundamental entre Aparelho de Estado (AE) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O primeiro, que compreende o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc..., funciona através da repressão e os AIEs funcionam através da Ideologia. Devemos assinalar também, que segundo Althusser, tanto o AE como os AIEs, funcionam tanto através da repressão, como da ideologia. O que marca a diferença é que o Aparelho do Estado funciona predominantemente através da repressão e, secundariamente, pela Ideologia. Diversamente, os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam primordialmente pela Ideologia.

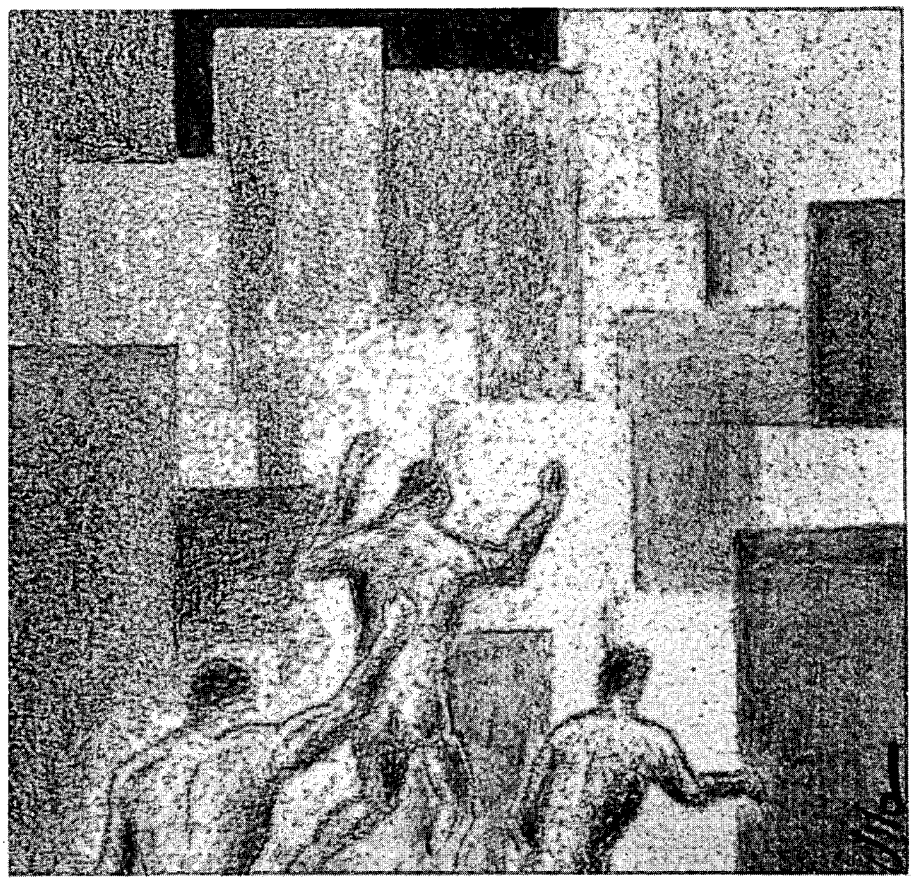
É importante... podem ser... importante assinalar que as instituições que constituem os AIEs **públicas ou privadas**. Porém, O que importa é o seu funcionamento e que também, freqüentemente, é que estas podem ser não somente o meio, mas, também, o lugar da luta de classes e, ainda, citando Althusser[6] ''...que o Aparelho Ideológico de Estado que assumiu a posição dominante nas formações capitalistas modernas, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico do Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar''. Como já havíamos apontado nas vinculações originárias das origens das Universidades.

Aqui já aparece com nitidez, o que anteriormente esboçamos: a instituição Universitária que reproduz as relações de produção, ou relações de exploração do estado dominante e sua convivência com o saber que se pretende um desvelamento do real, ou daquele real. Também já abordamos que não é possível um saber neutro, que não há neutralidade possível no conhecimento científico. Em sua transmissão ele é mediatizado pelo Ideológico.

Sem dúvida, que o processo de transmissão de saberes na Instituição Universitária é um sistema informacional. E o que é uma ideologia do ponto de vista informacional? Segundo Edgar Morin[7] ''...é um sistema de idéias feito para controlar, acolher, rejeitar a informação...''. Para Morin, se a ideologia é **teoria**, estaria aberta ao questionamento, porém se assume o perfil de doutrina ela se torna — a ideologia — fechada a qualquer informação não — conforme. A informação e a ideologia política estabelecem entre si uma relação desintegradora e repulsiva. Uma informação nova, pode provocar, eventualmente, uma desintegração parcial ou total de um sistema de idéias — doutrina — ideologia política.

A informação é um aparecimento do real na idealidade, ''...o real e o novo irrompem sempre na teoria e na crença sob a forma de desregramento e ruptura...''[8] A informação é o antídoto para a tendência da teoria se fechar na doutrina. Voltamos a frisar que esta intermediação entre o real e sua transmissão é imediatizado por um sistema de idéias — um corpo ideológico refratário ao novo — que é expressão e reflexo da Instituição Universitária. Assim quando a ideologia firma sua primazia no sistema informacional estará desqualificando o real, dissolvendo as referências do discurso teórico, fundando o simulacro. Neste processo, a vetusta, arcaíca e totalitária Instituição aceita o ''novo'' que faz desaparecer a novidade e que normatiza a diferença.

*Luiz Fernando P. Santos — **Graduado em Psicologia e Comunicação Social; Vice-Diretor e Professor do Departamento de Teoria da Comunicação da FCS/UERJ; atualmente é Doutorando em Filosofia da UGF.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — LE GOFF, Jacques — Os intelectuais na Idade Média, São Paulo, 1988, Ed. Brasiliense.
2 — BONASSIE, Pierre — Dicionário de História Medieval, Lisboa, 1985, Ed. Dom Quixote.
3 — Idem. op. citada.
4 — FERRATER MORA, José — Dicionário de Filosofia, Madrid, 1982, Alianza Ed.
5 — ALTHUSSER, Louis — Posições 2, Rio, 1980, Ed. Graal.
6 — Idem. op. citada.
7 — MORIN, Edgard — Para sair do século XX, Rio, 1986, Ed. Nova Fronteira.
8 — Idem. op. citada.